



29 de junho de 2018

**Assunto:** Acordo de pescas União Europeia/Noruega

Cara Ministra do Mar  
Ana Paula Vitorino,

Nas próximas semanas, a Sra. Ministra preparar-se-á para as negociações entre a União Europeia (UE) e a Noruega no que toca às oportunidades de pesca para 2019. Com os prazos da Política Comum das Pescas (PCP) para acabar com a sobrepesca e a implementação total da Obrigação de Desembarque (OD) para todos os segmentos de frota até 2019 a aproximarem-se, os resultados destas negociações serão fundamentais se as pescarias da UE pretendem cumprir estas obrigações legais.

À medida que as negociações se aproximam, pedimos que considere os seguintes pontos:

1. Para garantir que o resultado das negociações dos Totais Admissíveis de Capturas (TAC) cumpre os requisitos da PCP, o parecer científico do Conselho Internacional para a Exploração dos Mares (CIEM) deve ser tratado como um limite máximo e uma linha vermelha para a posição de negociação da UE. Negociar TAC acima dos limites recomendados resultará apenas em pesca excessiva.
2. Nos anos anteriores, a UE ajustou para cima os TAC em relação a várias unidades populacionais afetadas pela OD para cobrir as rejeições anteriores que agora têm de ser desembarcadas. Basear esses ajustes (“*quota top-ups*”) numa suposição de perfeita conformidade tem o potencial de aumentar

grandemente o risco de pressão de pesca acima do  $F_{MSY}$ <sup>1</sup>, onde as rejeições não registadas continuam. Embora, em teoria, a OD esteja totalmente em vigor em 2019 (implicando *full top-ups*), persistem sérias preocupações quanto ao não cumprimento generalizado<sup>2</sup>. Por conseguinte, os TAC devem basear-se no parecer sobre os desembarques do CIEM, com os aumentos das quotas apenas concedidos a frotas que demonstrem total conformidade com a OD.

3. Embora a UE tenha assumido o compromisso de ser transparente na sua tomada de decisões, as negociações UE-Noruega já tiveram lugar à porta fechada, tornando este processo bastante opaco. Tanto a UE como a Noruega reconheceram formalmente que a ampla participação do público e o acesso à informação e aos processos judiciais e administrativos são essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável. Desta forma, ao desenvolver uma posição de negociação nas próximas semanas, incentivamo-la a desenvolver todos os esforços para aumentar o nível de transparência em torno dessas negociações, por exemplo, convidando as partes interessadas a consultas e negociações preparatórias e publicando as propostas da UE.

O resultado destas negociações tem um impacto significativo na capacidade da UE para alcançar os seus compromissos internacionais e as obrigações legais da PCP. Dado que este ano é fundamental para a plena implementação da OD e para cumprir o requisito da PCP de acabar com a sobrepesca, apoiamo-la na adoção de uma posição de negociação em linha com a ambição da PCP de ter *stocks* e pescarias saudáveis. Gostaríamos ainda de ter a oportunidade de reunir consigo nas próximas semanas para discutir os pontos acima mais detalhadamente.

Com os melhores cumprimentos,

Gonçalo Carvalho

---

<sup>1</sup> Acordos já estabelecidos de consultas de pesca entre a Noruega e a União Europeia para 2018. Bergen, 1 de dezembro de 2017. Visualizado em: <https://ec.europa.eu/fisheries/sites/fisheries/files/2018-agreed-record-eu-norway-north-sea-12-2017.pdf>

<sup>2</sup> Comissão Europeia, DG Mare, Towards new SCIPs, Advisory Council Consultation. 2018.